

# Cronologia construtiva e decorativa do Palacete Bibi Costa como expressão do *zeitgeist* em Belém do Pará

Cybelle S. Miranda<sup>1</sup>

Ronaldo Marques de Carvalho<sup>2</sup>

Beatriz M. Maneschy<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O Palacete Bibi Costa, objeto de estudo deste artigo, é considerado um dos ícones da arquitetura de linguagem eclética da *belle époque* da capital paraense. Construído a pedido do major Carlos Brício da Costa, entre os anos de 1904 e 1906, e projetado pelo engenheiro Francisco Bolonha, no auge da comercialização da borracha amazônica, o edifício é de extrema relevância no que se refere às suas inovações construtivas e tecnológicas. Foi pioneiro no uso do concreto armado quando esta técnica ainda era pouco difundida no Brasil e principalmente em Belém, de modo que Bolonha precisou adaptá-la aos materiais disponíveis localmente, no caso, utilizando trilhos das linhas de bonde para compor a armadura estrutural da laje.

A edificação foi minuciosamente descrita no jornal *A Província do Pará*, na edição do dia 20 junho de 1906, em matéria que trata da visita do presidente da República Afonso Pena e que relata a disposição dos ambientes originais da residência. O palacete pouco fora utilizado pelo seu primeiro proprietário, que faleceu no ano de 1910, sendo leiloado e comprado pelo coronel José Júlio de Andrade, que era conhecido por suas atitudes cruéis, segundo relatos, ao torturar escravos no porão, cômodo localizado logo abaixo da entrada principal do prédio, mesmo após a promulgação da lei da abolição da escravidão.

Ao longo dos anos, o Bibi Costa passou por variadas modificações, muitas possivelmente decorrentes da sucessiva troca de proprietários, tornando-se atualmente sede de uma autarquia federal. A partir do entendimento do palacete enquanto testemunho dos processos histórico, socio-cultural e econômico na cidade de Belém, investigou-se sua cronologia construtiva e decorativa, analisando as modificações à luz dos conceitos teóricos das épocas respectivas (*zeitgeist*), de modo a compreender o pensamento da sociedade belenense e sua materialização no edifício em questão.

Walter Benjamin<sup>4</sup> afirma em seu livro *Passagens*, no capítulo “Paris, a Capital do Século XIX”: “Com Baudelaire [Charles Baudelaire, poeta boêmio e

flâneur do século XIX], pela primeira vez, Paris se torna objeto da poesia lírica. Não é uma poesia que canta a cidade natal, ao contrário, é o olhar que o alegórico lança sobre a cidade”. É este sentido do alegórico que irá ser abordado: o Palacete Bibi Costa não é, no âmbito deste artigo, apenas uma edificação histórica, não é apenas sua representação literal, vai além: é a representação figurativa de uma determinada época,

se casas conseguem unir dois tempos, o histórico e o arquitetônico, nada melhor do que utilizá-las como fonte para a reconstituição de um determinado período, enquanto, participante de um cenário do cotidiano, onde homens revelaram muito mais que costumes ou hábitos, revelaram a construção de seu mundo.<sup>5</sup>

Neste sentido, foram analisadas três fases construtivas do Palacete Bibi Costa, definidas de acordo com os proprietários de cada época. Na primeira fase, será estudado o contexto histórico do primeiro proprietário e solicitante da residência, major Carlos Brício da Costa, ainda no auge da *belle époque* amazônica. A segunda fase abordará a residência no contexto de seu segundo proprietário, o coronel José Júlio de Andrade, o qual residiu por mais de 40 anos no palacete. A terceira etapa estudará a edificação como autarquia federal, já em um contexto mais contemporâneo.

## OS MACDOWELL DA COSTA

A primeira fase construtiva do Palacete Bibi Costa correspondeu ao início do século XX, fruto das transformações socioculturais, econômicas e políticas do mercado da borracha amazônica e da formação de uma elite recém-enriquecida, composta principalmente por seringalistas, comerciantes, financistas e profissionais liberais.<sup>6</sup> Os donos de seringais, em sua maioria, residiam em Belém, experimentando o conforto da *belle époque* sem se afastar dos barracões do seringal. Estes “novos ricos” construía suas residências inspiradas nas últimas tendências europeias, como *art nouveau* e linguagem eclética, com azulejos portugueses, colunas de mármore de Carrara e móveis executados por ebanistas franceses.<sup>7</sup>

Neste cenário, inseridos como principais articuladores, estão o governador do estado do Pará, Augusto Montenegro, e o intendente de Belém, Antônio Lemos. O plano de modernização urbanística lealista da cidade priorizava a higiene e a saúde pública e utilizava o plano de reforma urbana da cidade de Paris de Haussmann como exemplo.<sup>8</sup> No entanto, vale ressaltar que este plano era exigido pela elite e, conseqüentemente, para a elite, apenas alcançando regiões que o capital da borracha transpunha.

Uma das regiões privilegiadas da cidade era a Estrada de Nazaré, antigo Caminho do Utinga, a qual fora aberta como uma conexão entre o campo da Pólvora e a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, esta última ainda em processo de construção.<sup>9</sup> Fato curioso é que, no século XVIII, o até então Caminho do

Utinga era uma região ocupada por moradias da população pobre da cidade, no contexto de expansão urbana da época, quando Belém ainda se restringia aos bairros da Cidade Velha e Campina.

Posteriormente, contudo, a partir do surgimento das rocinhas, consideradas casas de repouso da elite, ocorre a expulsão da população mais pobre desta região, principalmente devido ao seu espaço geográfico privilegiado, correspondendo a um sítio alto e seco, diferentemente da topografia usual da cidade,<sup>10</sup> despontando, então, o Bairro de Nazaré. O Palacete Bibi Costa estava localizado não somente no entorno da Estrada de Nazaré, como também em frente ao trajeto da “primeira linha de bonde de Belém, a qual saía da Cidade Velha, percorria a Campina e atravessava toda a Estrada de Nazaré” (Figura 1).<sup>11</sup>



**Figura 1** – Foto de 1906, ano da visita do presidente Afonso Penna ao Pará. Nele é possível notar a Estrada de Nazaré já com o palacete construído. Fonte: revista *Kósmos*, ano 3, n. 9, 1906.

O palacete fora construído a pedido do major Carlos Brício da Costa, filho do comendador Francisco Gaudencio da Costa e casado desde 1892 com Anna Mac-Dowell da Costa, filha do conselheiro Samuel W. Mac-Dowell.<sup>12</sup> O casal teve seu primeiro filho, José Maria Mac-Dowell, em 1893<sup>13</sup> e o segundo filho, Luiz, morreu em 1899, apenas um ano após seu nascimento.<sup>14</sup>

O casamento na elite gomífera não era visto apenas como uma relação entre duas pessoas, mas uma forma de manter e divulgar o capital simbólico dos indivíduos e de expressar e divulgar a condição social das famílias dos noivos. Por isso era comum encontrar nas manchetes de jornais da época os anúncios de consórcio, informando uma nova união entre indivíduos da elite.<sup>15</sup> Além disso, diversas estratégias foram criadas por esta classe com o intuito de ascenderem ou se manterem socialmente: os contratos antenupciais e os de dotação são alguns exemplos disso.<sup>16</sup>

As obras do palacete iniciaram-se no ano de 1904 e foram concluídas em 1905, um tempo recorde para a época. Segundo a origem das famílias de seus proprietários, da alta sociedade da borracha, a construção está inserida no contexto da função social dos palacetes, a qual:

claramente indicava a sua condição social, tornando-se uma prática comum para a nova e rica burguesia da borracha mostrar-se através de suas casas, e foram em sua maioria batizadas com os nomes de seus proprietários ou da família, o que revelava uma autoafirmação da condição burguesa desta família em relação aos demais moradores.<sup>17</sup>

A partir desta análise, identifica-se que para os indivíduos serem considerados da elite da época não era necessário apenas possuir bens e dinheiro, mas sim entender a maneira de utilizar estes bens e os recursos materiais adquiridos pela fortuna de forma a tornarem-se dignos de distinção e pertencimento, demarcando a diferença e a oposição aos outros segmentos sociais.<sup>18</sup>

No dia 21 de junho de 1906, o Palacete Carlos Brício da Costa, também chamado de Bibi Costa devido ao apelido de seu primeiro proprietário, é oficialmente inaugurado em Belém, projetado pelo engenheiro Francisco Bolonha, o qual possuía grande renome na cidade, considerado um dos principais idealizadores da Belém de finais do século XIX–início do século XX.

Formado engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, considerada de tradição francesa, a qual priorizava a teoria e uma formação diversificada que “atendia a uma necessidade do final do século XIX: formar profissionais que dominassem as teorias, preparando-os para assumirem funções diversas”, Bolonha surge no seio de uma nova elite profissional que adotava a análise de um discurso científico evolucionista.<sup>19</sup> Em Paris, Bolonha testemunhou a Exposição Internacional de 1900, onde conheceu Gustave Eiffel, com quem aprendeu novas técnicas da construção civil em relação ao uso de metais e cristais.<sup>20</sup>

Uma de suas técnicas inovadoras aprendidas na Europa foi colocada em prática no próprio Palacete Bibi Costa. Por meio de observações visuais é possível estimar que a estrutura da laje das sacadas é constituída por segmentos fundidos de trilhos metálicos com capeamento em concreto e tijolos, preenchendo vazios entre os segmentos de trilho.<sup>21</sup> Vale ressaltar que, na época, vergalhões com seções circulares utilizados atualmente para a armação do concreto não eram disponíveis no Brasil, por isso Bolonha utilizou dos trilhos metálicos dos bondes para posicionar na região de tração das vigas, demonstrando sua engenhosidade.<sup>22</sup> De acordo com Benjamin,<sup>23</sup> é certo de que, a partir de experiências desde o final dos anos de 1920, a locomotiva só poderia ser utilizada sobre trilhos de ferros. Com base nisso, o trilho se torna a primeira peça montável de ferro, sendo o precursor da viga de sustentação. Nota-se que Francisco Bolonha já utilizava dessa artimanha desde o início do século XX, na construção do Bibi, como se comprova pelas análises das técnicas construtivas do Palacete (Figura 2).



**Figura 2** – Destaque para o trilho metálico na estrutura da laje. Fonte: Beatriz Maneschy, 2018.

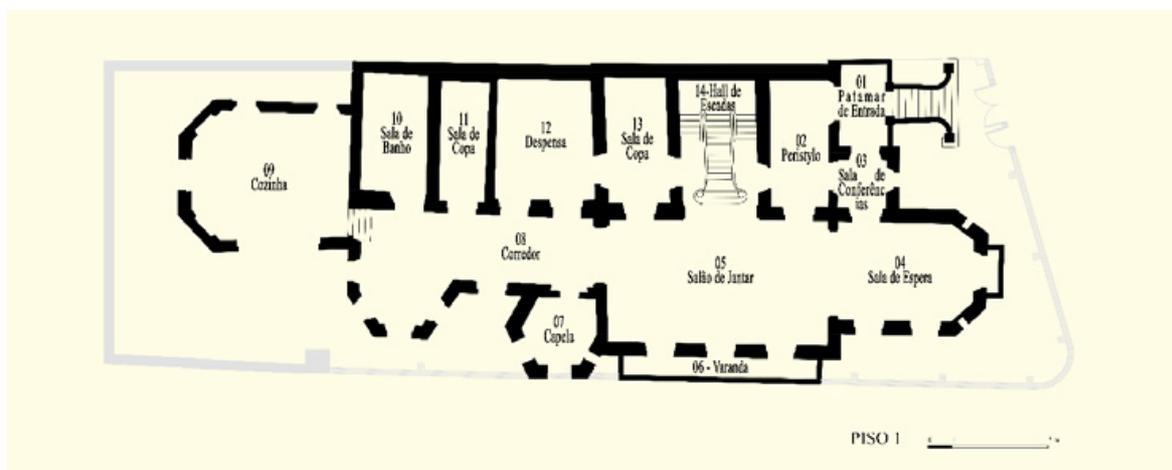
Na primeira página do jornal *A Província do Pará*, de 20 de junho de 1906, devido à chegada do presidente Afonso Penna no dia seguinte e à conseqüente inauguração oficial da edificação, há uma descrição minuciosa do prédio em um artigo, a qual facilitou o entendimento da setorização e disposição de alguns ambientes da época, além de fazer uma breve descrição decorativa dos cômodos. O artigo inicia a descrição da residência à medida que se adentra o edifício: primeiramente, o acesso é feito pela escada de alvenaria, pela qual se chega ao patamar externo, no qual é possível visualizar um mosaico, provavelmente de autoria do artista Joseph Cassé, na temática *art nouveau* naturalista, com o uso de flores e vegetações,<sup>24</sup> adornando o monograma “CBC” de seu proprietário, Carlos Brício da Costa, o que reforça o costume de exteriorizar a autoafirmação da condição burguesa na sociedade em detrimento dos demais moradores.<sup>25</sup>



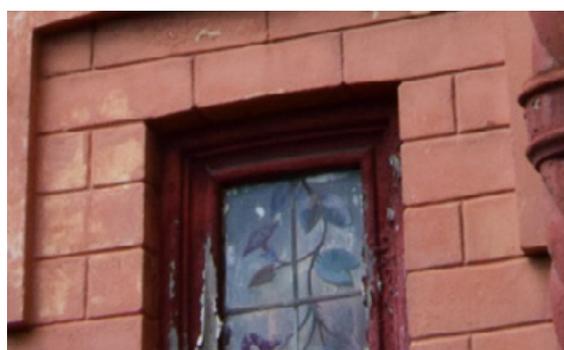
**Figura 3** – Mosaico da entrada do Palacete Carlos Brício da Costa. Fonte: Vithória Silva, 2018.

Posteriormente, ao transpassar a porta de madeira de lei, adentra-se no primeiro pavimento, considerado o setor social, onde os residentes recebiam convidados. É possível discernir esta setorização devido aos nomes dados aos ambientes no artigo do jornal: *peristylo*, sala de conferências, sala de espera, sala de visitas e salão de jantar (Figura 4). Além disso, também é retratada a existência de uma capela, cuja localização original, supõe-se, seria na torre sul, devido ao ambiente ainda possuir vitrais atualmente quase apagados<sup>26</sup> e, como afirma *A Província do Pará*: a capela apresentaria “decoreação adequada, dois bellos vitraux com assumptos religiosos” (Figura 5). A capela provavelmente fora construída a pedido de Anna Mac-Dowell da Costa, a qual era uma católica fervorosa:

Seguindo a tradição católica de sua família, fixada particularmente por seu pai, que se destacara na defesa do clero durante a questão religiosa, pondo-se ao lado de Dom Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, D. Anna Mac-dowell da Costa dedicou toda a sua longa existência à prática dos princípios cristãos. Associou-se devotadamente a todos os nossos grandes movimentos de fé, empenhando a vivacidade do seu espírito e a clareza de sua inteligência às campanhas religiosas e, inclusive, à de construção da Universidade Católica. Por Sua Santidade o Papa Pio X, recentemente canonizado, fôra recebida em audiência privada e dele merecera a medalha ‘Pro Pontificie et Ecclesia’.<sup>27</sup>



**Figura 4** – Planta baixa do 1º pavimento, indicando os cômodos citados e detalhe onde ainda é possível notar os vitrais na temática floral *art nouveau*. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

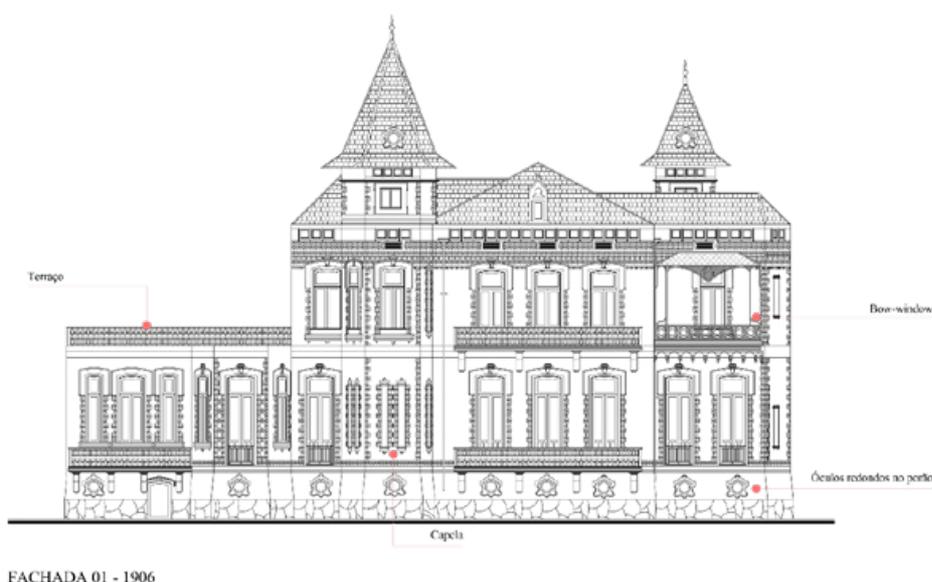


**Figura 5** – Vitral na temática floral *art nouveau*. Fonte: Vithória Silva, 2018.

Continuando o caminho do primeiro pavimento, após os cômodos sociais, encontram-se as dependências de serviço, como a cozinha, a qual de acordo com o periódico era repleta de mosaicos, com pias e fogão a gás e carvão, e duas salas de copas, uma possivelmente para as refeições rotineiras da família e a segunda para os serviços dos empregados. Ademais, a residência possuía algo inovador para a época: o banheiro, completamente azulejado, inserido no interior da residência – em razão da rotina da nova elite burguesa, na qual a prática da higiene corporal passou a interferir no espaço interno da casa, pois era considerada de caráter público, esta inovação adentra a residência seguindo uma série de recomendações construtivo-higiênicas para evitar a proliferação de doenças.<sup>28</sup>

Ao sair do salão de jantar, o periódico cita o “artístico *stair-case* para o pavimento superior”, o que seria o *hall* de escadas executado e revestido em painéis de madeiras em dois tons diferenciados para se destacar entre tantos outros cômodos, evidenciando o *status* de seu proprietário para deslumbrar as visitas.<sup>29</sup> O pavimento superior funcionava como o setor íntimo da família, havendo dormitórios, gabinetes de estudo e banheiros. Assim como no Palacete Bolonha, também projetado por Francisco Bolonha, neste pavimento encontrava-se uma escada em caracol, a qual servia de circulação vertical para a torre principal, como afirma o jornal.

Ademais, no quarto principal, com vista para a São Jerônimo (atual avenida Governador José Malcher), havia um *bow window*, típica esquadria utilizada em países frios como os europeus, com a finalidade de ganhar mais espaço e observar melhor os jardins ou absorver mais calor de fora da edificação (Figura 6). Outro elemento existente era o terraço, também no segundo pavimento, o qual, de acordo com o artigo d'*A Província do Pará*, era “todo calçado de mosaico, com balaustradas fingindo tijolos”.



**Figura 6** – Elevação da fachada onde atualmente localiza-se a rua Joaquim Nabuco. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

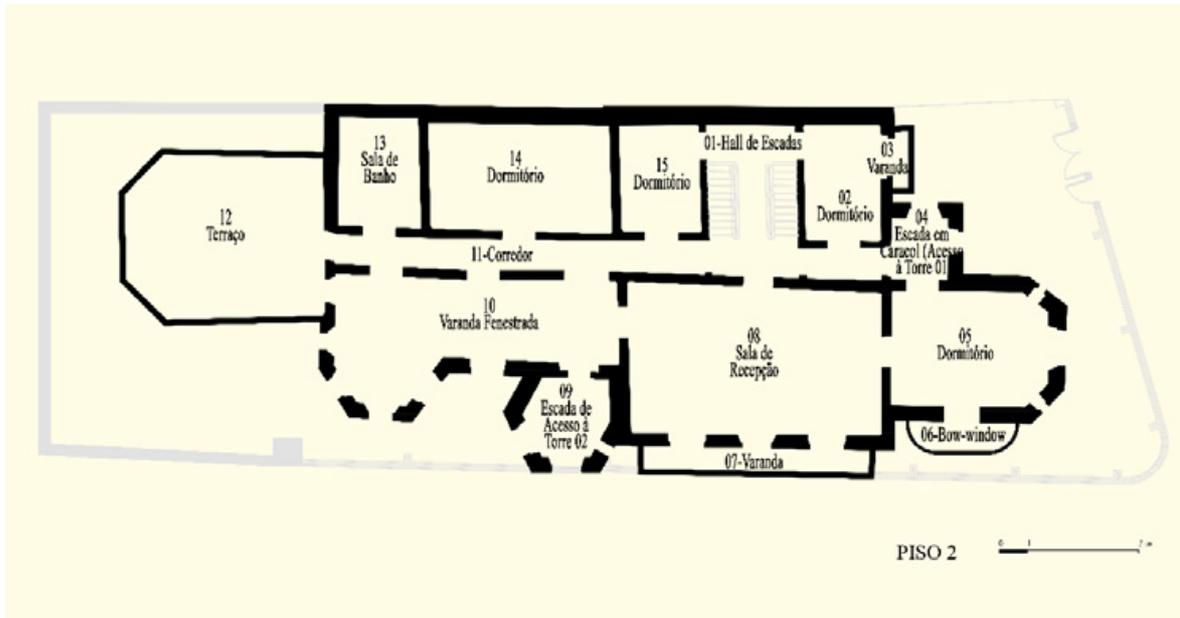
É possível notar que a rua Joaquim Nabuco, onde hoje está localizado o palacete, ainda não existia, havendo no lugar um grande largo onde se instalou um coreto, atualmente inexistente. Os terrenos edificados posteriormente eram, à época, áreas públicas, como se pode analisar a partir da Figura 7.

Além disso, o palacete também abrigava um porão, seguindo a tradição das casas burguesas da *belle époque* paraense, as quais possuíam, geralmente, um pavimento para permitir uma melhor aeração da casa.<sup>30</sup> Nele, segundo *A Província do Pará*, também estavam localizados os quartos para os empregados da residência, uma adega e um arquivo.

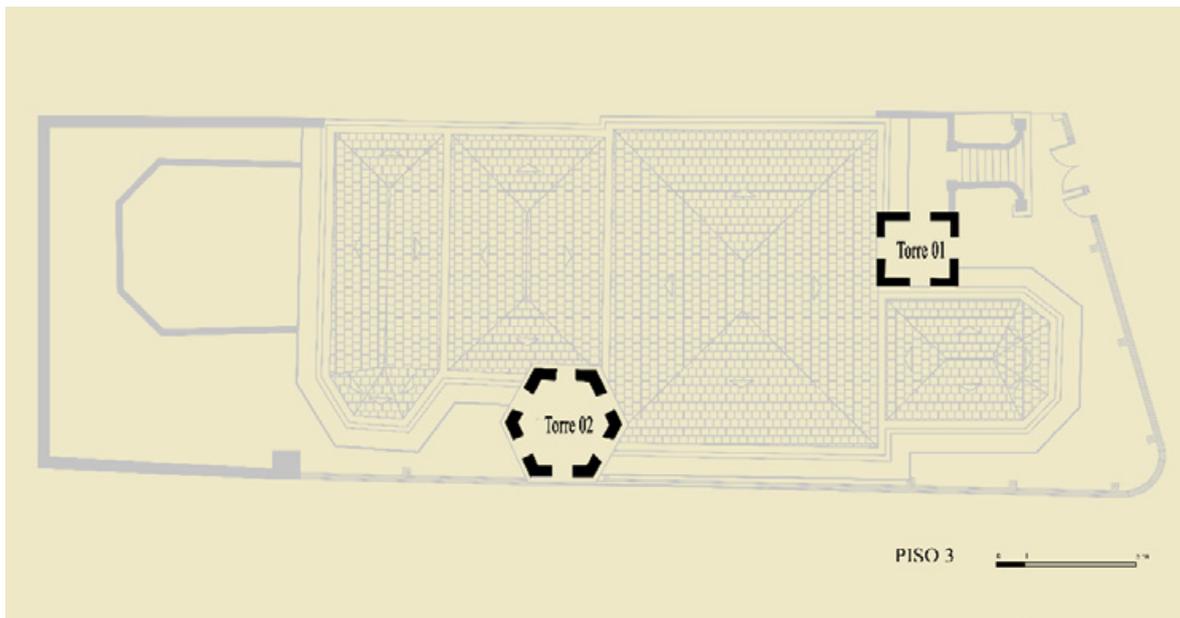
Na intenção de reconstruir a vivência da família, com o auxílio da matéria d'*A Província do Pará*, foram desenhadas as possíveis plantas baixas dos pavimentos, com exceção do porão, por não ter sido detalhada a locação de seus ambientes no jornal (Figuras 4, 8 e 9). No primeiro pavimento, tido como o social, localizavam-se os cômodos de acordo com a ordem retratada no periódico, exceto o banheiro, cuja real posição não fora bem delimitada. Por isso levou-se em consideração a atitude tradicional da época de locar as casas de banho ao “lado da cozinha, próximo às áreas de lavagem de louças, onde se aproveitava a tubulação do reservatório familiar que armazenava a água da rede pública, diminuindo, desta forma, as despesas com o encanamento”.<sup>31</sup>



**Figura 7** – Foto do palacete de 1906, antes do fechamento do largo para a abertura da rua Joaquim Nabuco. Fonte: *O município de Belém* (1906, p. 145).



**Figura 8** – Segundo pavimento. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.



**Figura 9** – Terceiro pavimento. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

Em outubro de 1909, Carlos Brício da Costa morre e Anna Mac-Dowell da Costa, como inventariante, realiza o leilão do palacete, o qual estava hipotecado para o Banco do Pará. Após a venda da residência, Anna se muda para a capital do país à época, o Rio de Janeiro, onde seu filho José Maria atuava como advogado. Permanece na cidade até sua morte, em 17 de janeiro de 1955.

## JOSÉ JÚLIO DE ANDRADE E LAURA NENO DE ANDRADE

O coronel cearense José Júlio de Andrade foi o autor do maior lance do leilão, por meio do qual adquiriu este imponente palacete. Inicialmente, a primeira notícia encontrada em periódicos sobre o coronel é datada de 21 de novembro de 1896, quando um cearense de nome José Júlio de Andrade, ainda desconhecido, mesmo já sendo intendente municipal da vila de Almeirim neste ano, havia agredido um cidadão.<sup>32</sup> A partir disso, é notável a ascensão social deste personagem mesmo que inserido em um cenário de decadência da borracha no mercado mundial.

Em uma reportagem de agosto de 1927, o jornal carioca *O Paiz* evidencia a estreia do filme *A conquista da Guyana brasileira*, filmado a mando do cel. José Júlio de Andrade. Segundo o jornal, o filme

não é apenas uma exposição nitidamente real do valor e do desenvolvimento das suas grandes propriedades em Almeirim, no Baixo Amazonas, naquelle Estado, mas é, sobretudo, um exemplo admiravel de que podem as iniciativas intelligentes, no domínio da nossa vida economica, para o desenvolvimento das nossas industrias.<sup>33</sup>

As chamadas “iniciativas inteligentes”, citadas anteriormente, surgiram na época como solução para promover o esforço industrial e diminuir as consequências da crise. Estas iniciativas nada mais eram do que grandes latifundiários dando novas utilidades para a exploração de suas terras, e não apenas o extrativismo do látex. Um destes latifúndios pertencia ao coronel José Júlio de Andrade, possuidor das maiores propriedades do município de Almeirim, localizado no Baixo Amazonas, o qual introduziu a cultura da castanha-do-pará e a criação de gado, como afirma o jornal:

O gado de suas fazendas é considerado o melhor da região, e, nas experimentações zootechnicas que nellas se fazem, procura-se adaptar ao solo, ao clima, varios dos melhores typos de animaes. Assim é que se conseguiu, por exemplo, domesticar o buffalo, adaptando-o, criando um typo admiravel, cujo leite é sadio e fortalecedor, produzindo saborosissima manteiga.<sup>34</sup>

A matéria disserta sobre como a indústria da borracha se isolara como única fonte de produção do Pará e que a concorrência asiática culminou na crise econômica que os estados do Pará, Acre e Amazonas enfrentavam. O jornal realiza uma crítica, não culpabilizando somente os seringalistas, mas também o próprio Governo:

Todos erraram, então, governo e particulares. Em vez de promover o surto e favorecer o desenvolvimento das outras forças productivas da região, utilizando as suas incalculaveis riquezas, um e outros só cuidaram de defender a borracha, como se só esta pudesse resolver o problema economico em fôco.<sup>35</sup>

Tudo isto explica como o coronel conseguiu enriquecer e ascender socialmente em um momento de grave crise no estado. Prosperou em tal

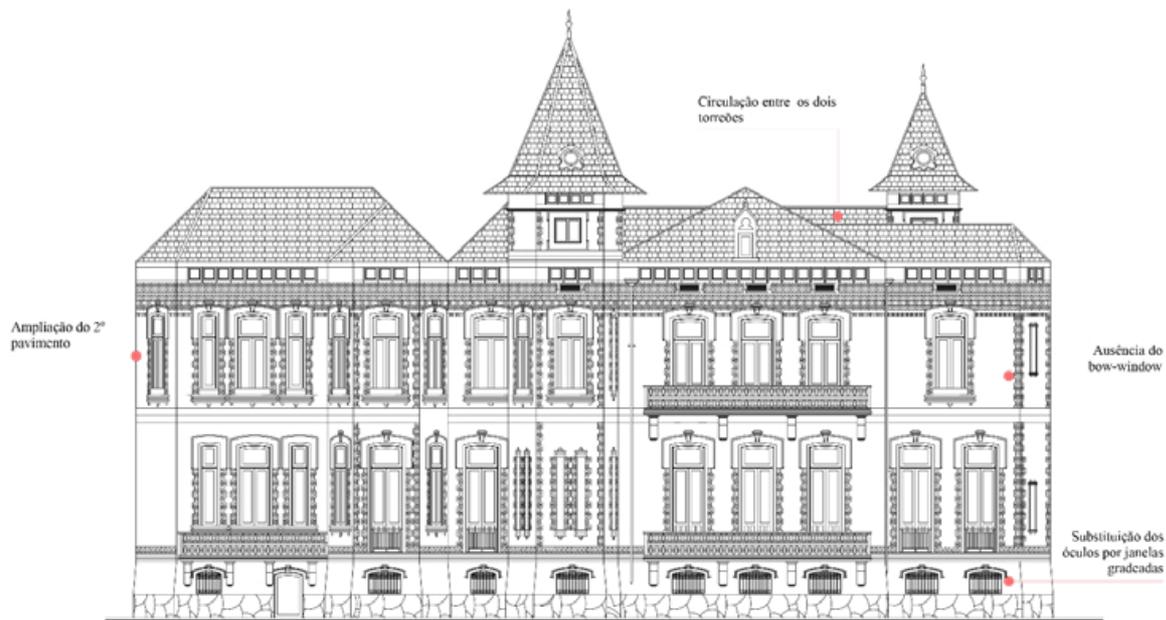
grau que na década de 20 do século XX, foi eleito senador estadual, época em que comprou imóveis na capital do país, onde passava grande parte do ano. O coronel casou-se com Laura Rabello Neno em 4 de julho 1897, quando ainda era intendente de Almeirim e, 13 anos após seu casamento, comprou o Palacete Bibi Costa, onde o casal residiu até o ano de 1952. Devido às quatro décadas de sua residência, o Palacete Bibi Costa também ficou conhecido como Palacete José Júlio de Andrade. E foi neste íterim que a edificação passou a viver as atitudes cruéis deste coronel, que farão o “Bibi”, posteriormente, ganhar a fama de mal-assombrado.

José Júlio de Andrade tinha fama de ser um patrão impiedoso, chegando a aplicar punições físicas severas em seus subordinados. Em matéria do jornal *O Ceará*,<sup>36</sup> são expostas as condições de escravidão às quais os trabalhadores eram submetidos. Segundo a matéria, o cel. José Júlio de Andrade teria “conseguido esta fortuna a custa dos mais condenáveis expedientes, fazendo escravos os conterrâneos [cearenses] que buscavam as suas terras para ganhar a vida”.

O jornal cita, inclusive, sobre a revolta do Jary, chefiada por José Cesário de Medeiros, quando empregados de José Júlio se insubordinaram contra seu patrão, em razão das péssimas condições de trabalho. A matéria relata uma entrevista com um dos ex-trabalhadores de Almeirim, chamado José Thomaz de Oliveira, de Maceió, o qual trabalhava das 3h da manhã até 10h da noite, com meia hora para cada uma das refeições. Além disso, os castigos físicos também eram frequentes, José Thomaz afirma que “assistiu formidáveis surras aplicadas em dois homens, que ficaram no chão como mortos”.

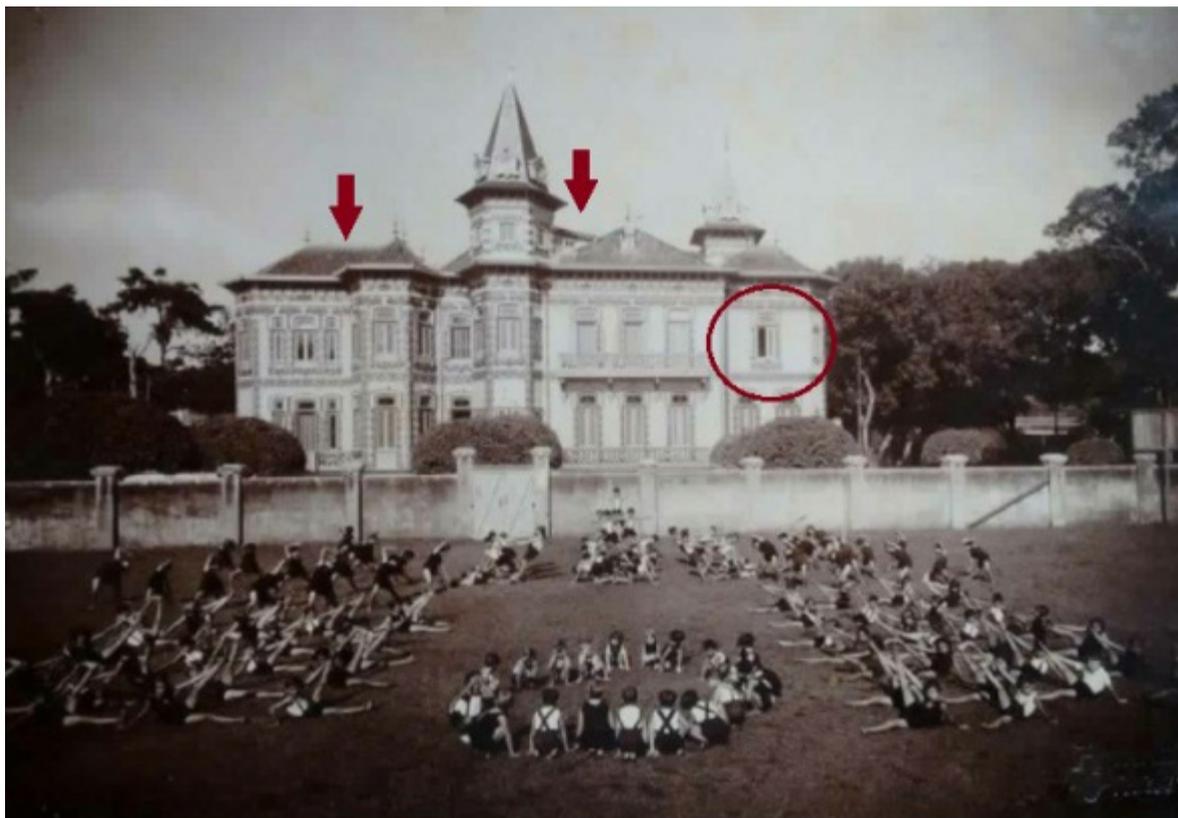
Outrossim, fora encontrada uma notícia de 1930 relatando que o cel. José Júlio de Andrade estava “preso sob palavra, no Hospital da Beneficência Portuguesa”<sup>37</sup> e outra sobre um processo contra José Júlio pelo assassinato do capitão Francisco de Assis Marinho.<sup>38</sup> Por mais que não se tenha deparado com nenhuma notícia sobre acontecimentos parecidos dentro do palacete, acredita-se que a postura violenta do coronel para com seus empregados rurais devia ser recorrente também em sua residência urbana. Um fato que fomenta os argumentos da utilização do porão do palacete para castigos físicos de seus empregados são os relatos de funcionários da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (Ahimor), órgão público locado hoje no palacete, de que foram encontradas correntes e objetos de tortura no porão, quando o pavimento fora reformado para receber a biblioteca da repartição pública.

Em imagens encontradas da década de 1930, é possível notar duas alterações na tipologia externa do palacete, em comparação com imagens de sua inauguração em 1906. É acrescentada uma circulação entre as duas torres e o terraço é prolongado, criando um novo ambiente no segundo pavimento do palacete. Além disso, o *bow window* já não existia mais na foto da década de 30 do século XX (Figuras 10 e 11).



FACHADA 02 - 1930

**Figura 10** – O Palacete em 1930, indicando as mudanças tipológicas. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

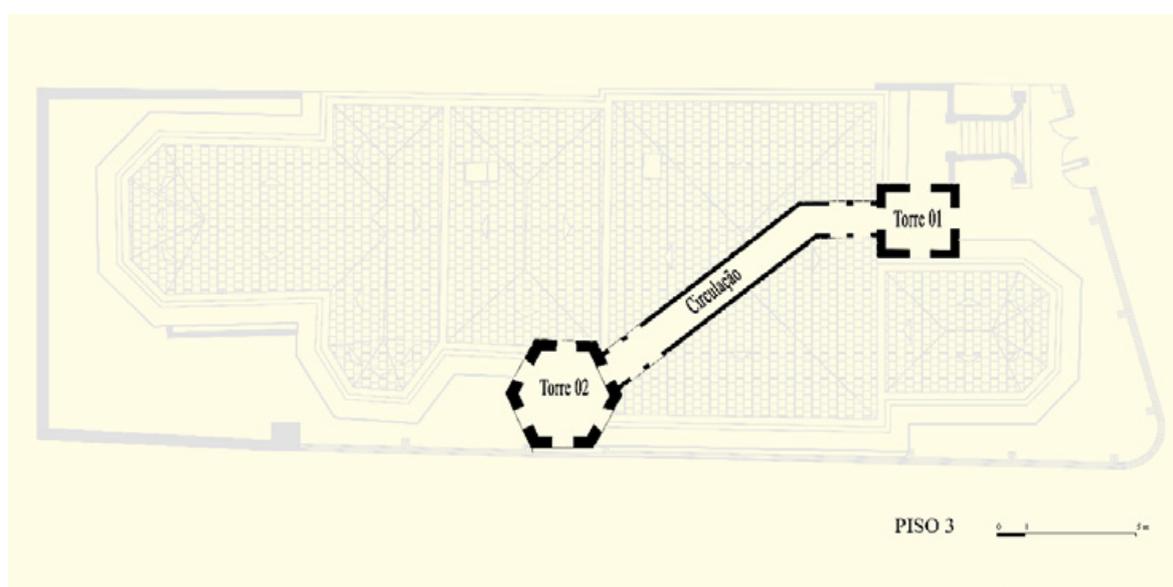


**Figura 11** – O Palacete em 1930, indicando as mudanças tipológicas. Fonte: Arquivo da Família Mourão, disponível na página de Facebook Belém Antiga.

Pode-se notar que, a partir desta década, o largo e o antigo coreto não mais existiam, a área pública nos arredores do palacete já estava ocupada por construções, indicando que a rua Joaquim Nabuco já havia sido aberta. Na imagem anterior, assinala-se que uma das áreas do largo fora fechada para a construção de algum tipo de escola ou instituto, onde crianças realizam exercícios físicos.

Não é possível precisar qual dos proprietários foi responsável pelas mudanças, porém acredita-se que tenha sido o cel. José Júlio de Andrade, pelas seguintes razões: devido ao maior tempo residido no palacete; e a retirada do *bow window* e do terraço possivelmente significar a mudança tipológica que a arquitetura estava sofrendo a partir da década de 1920, quando a linguagem eclética e a influência europeia passam a ser vistas como defasadas e inicia-se uma mudança nas características das edificações, que culminará no Modernismo. E, além disso, Costa<sup>39</sup> afirma que a alvenaria do prolongamento do segundo pavimento é constituída de tijolo cerâmico de três furos, assim como a alvenaria das paredes originais da fachada da avenida Governador José Malcher, indicando que provavelmente a alvenaria externa do palacete deva seguir o mesmo sistema, isto significa que a construção do prolongamento não é muito posterior à construção da residência.

Na Figura 12 estão expostas, em planta, as principais alterações do palacete, as quais ocorreram principalmente no segundo pavimento e no sótão. Em 1952, José Júlio e Laura Neno mudam-se para o Rio de Janeiro, onde o coronel morre em 1953. O casal não deixa nenhum filho<sup>40</sup> e o palacete é vendido para o comerciante Lauro Ramos, até se tornar propriedade da União, de acordo com documentos da Ahimor.



**Figura 12** – Planta baixa do sótão, nota-se o fechamento do terraço com o telhado, quando foi prolongado o segundo pavimento e a circulação entre as duas torres. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

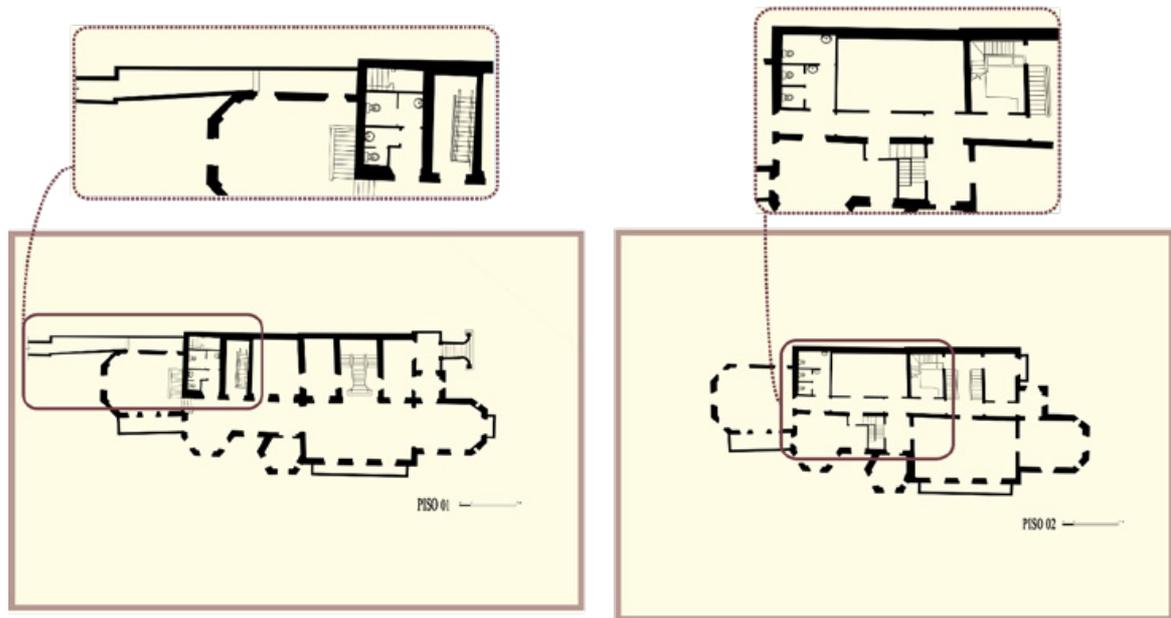
## ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (AHIMOR)

Segundo informações adquiridas na Ahimor, em 6 de outubro de 1967 o prédio é vendido ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), do Ministério de Transporte e Obras Públicas, no entanto, logo em seguida, o prédio foi alugado pela Secretaria de Planejamento (Seplan) do Estado do Pará. Ao adquirir sede própria, a Seplan devolve o prédio à Ahimor, que equivaleria ao já extinto órgão DNPVN.

Ainda no primeiro semestre de 2018, a Ahimor estava locada no prédio moderno localizado ao lado do Bibi Costa pela rua Joaquim Nabuco, construído em 1975. Contudo, devido à realização de uma reforma no edifício, os funcionários foram realocados para o palacete, onde anteriormente era apenas ocupado pela biblioteca da Ahimor no porão, estando ociosa o restante da edificação. Em conversas com o superintendente Miguel Fortunato, em 2018, ele afirma buscar recursos para o restauro e adaptação do palacete em uma espécie de museu e biblioteca da Ahimor, que abrigaria documentos e pesquisas, tanto no que tange aos assuntos da administração quanto ao histórico do palacete, onde as pesquisas e trabalhos acadêmicos também seriam expostos. Contudo, em um momento de crise financeira no país, e sendo um órgão ligado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), de escala federal, o superintendente fica à mercê do repasse de verbas do governo.

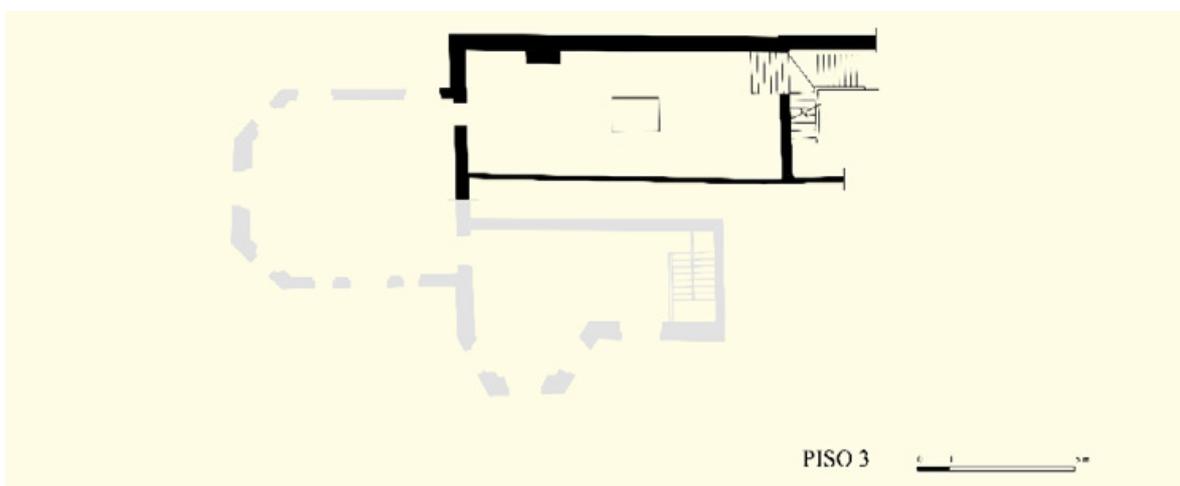
Para que o palacete abrigasse uma repartição pública, foram realizadas diversas alterações no partido original do edifício, por isso será relatado o estado atual do palacete, enquanto abriga a Ahimor. Nota-se a existência de pilares extemporâneos em levantamento realizado por Áureo Farias em 1998 no porão. Um deles, que estava localizado em frente aos banheiros, foi retirado recentemente, além disso, houve uma intervenção no piso e nas argamassas de revestimentos das paredes – grande parte do piso do porão é em lajota São Caetano vermelha – e os cômodos foram adaptados para funcionamento do refeitório, biblioteca e algumas salas; uma escada de circulação entre o porão e o primeiro pavimento também fora acrescentada.<sup>41</sup>

No primeiro pavimento, Costa<sup>42</sup> afirma que há duas diferenças atuais em comparação com o levantamento de Áureo Farias, de 1998: um desnível construído de acesso ao banheiro e a construção de uma laje de circulação horizontal que possibilitou o acesso do palacete ao prédio anexo da Ahimor. No segundo pavimento, no levantamento de 1998, já não há mais indicativos da existência da escada em caracol na torre sul, porém já existia uma circulação vertical de acesso ao mezanino extemporâneo, o qual fora destruído em um incêndio em 2001,<sup>43</sup> juntamente com salas do segundo pavimento, uma parte do sótão e quase metade da cobertura. Além disso, foi acrescentado um elevador que ligava o porão ao segundo pavimento no local, onde anteriormente deveria ser a capela (Figura 13).

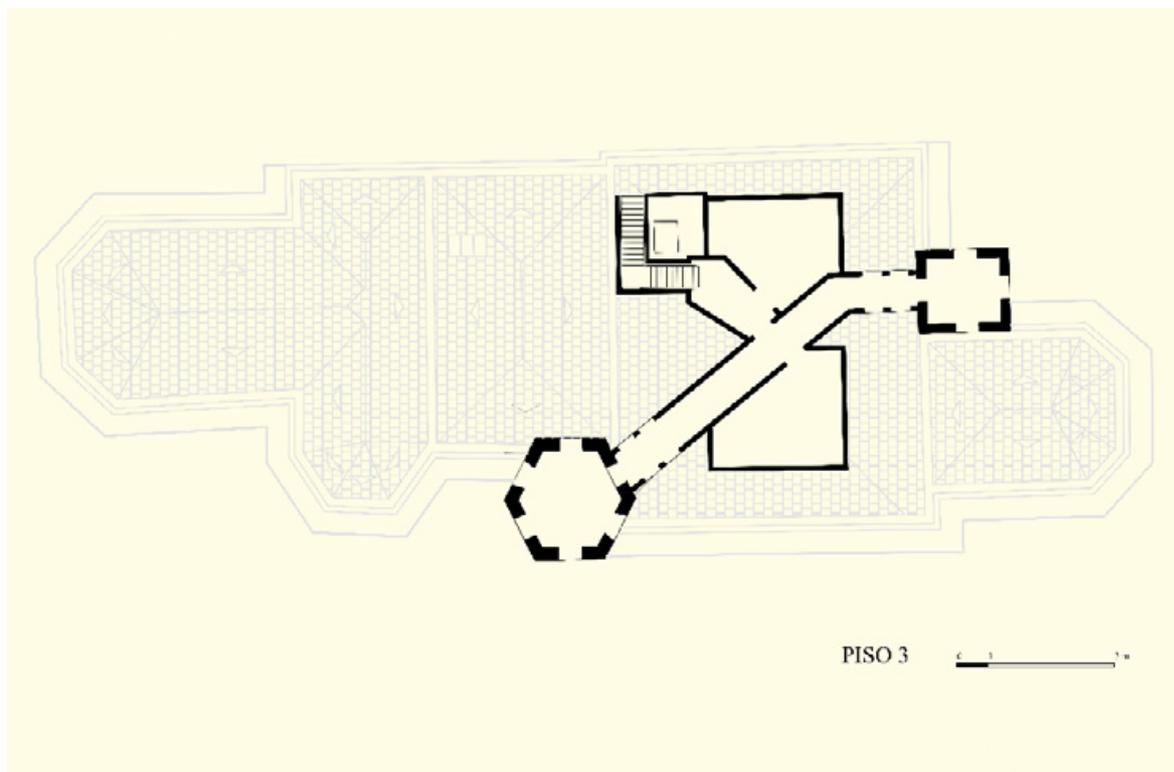


**Figura 13** – Esquema ilustrando as mudanças no palacete enquanto Ahimor no primeiro e segundo pavimentos, da esquerda para a direita. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

O mezanino, a área ampliada do segundo pavimento (onde anteriormente ficava o terraço) e o sótão encontram-se desativados desde o incêndio (Figuras 14 e 15). Ainda em 2001 foi feito um projeto de restauro pelo escritório de arquitetura paraense DPJ, solicitado pela Ahimor. Neste momento, algumas prospecções pictóricas foram efetuadas nos forros dos ambientes, quando se confirmou que eram forros metálicos com diversas pinturas e ornamentos florais. No entanto, o órgão não obteve a licitação e o orçamento necessário para executar o projeto de restauro, entrando na dificuldade em relação às verbas repassadas, as quais o superintendente explicou.



**Figura 14** – Planta do mezanino. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.



**Figura 15** – Planta do sótão. Fonte: Acervo da Administração Hidroviária da Amazônia Oriental, atual órgão que ocupa o Palacete Bibi Costa. Deste acervo, retirou-se o levantamento realizado pelo DPJ, escritório de arquitetura de Belém. Adaptada por Beatriz Maneschy, 2019.

Foi no momento das obras da montagem da biblioteca da Ahimor, na primeira década dos anos 2000, que funcionários encontraram correntes e objetos de tortura, que estão hoje guardados em uma espécie de depósito da administração, localizado em uma cidade portuária do estado do Pará. Em conversa gravada com um dos servidores do órgão, ele afirma que um engenheiro, sabendo dos boatos de vultos, utilizou uma câmera com sensor de calor e identificou uma mancha de cor mais quente, semelhante a um espectro de uma pessoa sentada no chão do cômodo do porão localizado abaixo da escada principal de acesso ao palacete, no primeiro pavimento, onde supostamente eram realizados os castigos físicos aos empregados de José Júlio de Andrade. Contudo, não foram encontrados vestígios materiais no dito local. Desta história, surgiram diversos outros relatos dos funcionários da Ahimor sobre as ocorrências sobrenaturais: um segurança do turno da noite afirma ter avistado o vulto de José Júlio de Andrade sentado na varanda no primeiro pavimento; uma senhora que trabalha como secretária do superintendente afirmou ter sofrido uma leve agressão da entidade e diz que não permanece no local após as 18h, mesmo que ainda tenha trabalhos a fazer, pois afirma ser a hora que tais aparições surgem com maior intensidade; além de histórias comuns em residências antigas, como movimentação de móveis em pavimentos onde não há ninguém presente, janelas e portas abrindo e fechando sozinhas etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com base nestas fases construtivas que se buscou compreender, neste artigo, de que forma o espírito da época (*zeitgeist*) influenciou e ainda influencia as formas de morar, ou de simplesmente ocupar um espaço. E a edificação entra neste foco como o meio alegórico e imagético de evidenciar a materialização das ideias e conceitos dos sujeitos que vivenciaram a Belém do século XX, experienciando diversos contextos e testemunhando acontecimentos.

Este ponto fora delimitado ao longo das três fases construtivas, porém questiona-se: e as influências que o *zeitgeist* de cada um dos momentos cronológicos interpola entre si? Em 1904, Carlos Brício da Costa procura Francisco Bolonha para realizar o projeto de sua residência e, após a morte deste proprietário, José Júlio de Andrade compra o Bibi e, devido a suas conhecidas atitudes inclementes, fez com que, atualmente, o Bibi Costa pertencesse ao imaginário da cidade de Belém como o “Castelinho” (apelido dado pelos moradores da cidade ao palacete), repleto de almas ainda presas em outro plano àquela edificação.

Reconstruindo e analisando as diferentes maneiras de ocupar o espaço em determinado momento, entende-se não somente o espírito da época, mas também se depreendem as consequências vividas na atualidade, em virtude de opiniões e atitudes do passado. Por exemplo, como os aspectos ao redor da figura de José Júlio de Andrade associam-se a estas experiências imaginárias ou espiritualistas criadas em torno do palacete, nos dias atuais.

Seguindo o pensamento de Benjamin:<sup>44</sup> “à forma de um meio de construção que, no começo, ainda é dominada pela do modo antigo (Marx), correspondem imagens na consciência coletiva em que o novo interpenetra o antigo. Essas imagens são imagens do desejo”. Isto significa dizer que os diferentes *zeitgeist* se entrelaçam, sendo as formas ecléticas apropriadas para reforçar e sublinhar o *status* social dos proprietários dos palacetes. O decoro adotado pelo encomendante, membro da elite paraense, foi incorporado para dignificar um emigrante nordestino, o segundo proprietário. Contudo, o que resta das memórias associadas à família Andrade aponta para o insucesso do seu intento, uma vez que os contos de visagens e assombrações reiteram a imagem de figura rude e cruel.

Assim como a descrição do Palacete Costa, aquando da visita do presidente Afonso Pena, o designa como puro estilo *american cottage*, as formas de origem anglo-saxônica enobrecidas com mosaicos venezianos, vidros bisotê e torreões, a colagem de tais elementos perpetuam o signo de distinção e criam um imaginário mítico, de castelos de contos de fadas (daí a designação “Castelinho”). Ademais, as modificações e adições realizadas nos anos 20-30 do século XX demonstram a importância de manter a continuidade linguística da arquitetura, a despeito das mudanças de concepção estética vivenciadas na Europa e nos Estados Unidos, identificando, ainda, o gosto da época em Belém.

## NOTAS

- 1 Cybelle Salvador Miranda é arquiteta e urbanista e doutora em antropologia pela Universidade Federal do Pará (Ufpa), com pós-doutoramento em história da arte pela Universidade de Lisboa. Coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (Lamemo) da Ufpa e é docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU). Lidera o Grupo de pesquisa “Arquitetura, memória e etnografia”, registrado no CNPq. E-mail: cybelle1974@hotmail.com.
- 2 Ronaldo N. F. Marques de Carvalho é arquiteto e urbanista pela Ufpa e doutor em engenharia de recursos naturais da Amazônia pela mesma Universidade, com pós-doutoramento em história da arte pela Universidade de Lisboa. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e investigador do Lamemo/Ufpa, integra os grupos de pesquisa “Saúde e cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural” e “Rede Amazônia luso-brasileira de Pesquisa”. E-mail: romarca@ufpa.br.
- 3 Beatriz Martins Maneschky é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Ufpa e bolsista de iniciação científica do Lamemo/Ufpa. E-mail: beatrizmaneschky@outlook.com.
- 4 BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo: Imesp, 1982.
- 5 SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. p. 14.
- 6 FARIA, Maria Beatriz Maneschky. *Arquitetura residencial eclética em Belém do Pará: um estudo das gramáticas das fachadas*. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. p. 71.
- 7 SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 82.
- 8 FARIA, Maria Beatriz Maneschky. *Arquitetura residencial eclética em Belém do Pará*, p. 71.
- 9 PINTO, Amanda Monteiro Corrêa. *Palacete Bibi Costa: proposta de intervenção, restauração e readaptação funcional*. 2010. 256 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. P. 42.
- 10 AZEVEDO, Felipe Moreira. *A linguagem tradicionalista: estudo das residências neocoloniais no bairro de Nazaré, em Belém do Pará (1910-1940)*. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. p. 55.
- 11 LIMA, Alexandre Martins de. *Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947*. 2011. 425 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. p. 85.
- 12 O DEMOCRATA. Pará, 12 nov. 1892. p. 1.
- 13 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 set. 1938. p. 2.
- 14 O PARÁ. Belém, 20 jan. 1899. p. 1.
- 15 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 242, 278.
- 16 *Ibid.*, p. 242.
- 17 ARRAES, Rosa. A função social das decorações e seus ornatos dos palacetes na *Belle-époque* da Amazônia. In: MENDONÇA, Isabel; CARITA, Helder; MALTA, Marize. (Coord.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 517-533. p. 522.
- 18 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*, p. 27.
- 19 COIMBRA, Adriana Modesto. A cidade como narrativa: *Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938*. 2014. 316 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. p. 201, 205.
- 20 LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz; ARRUDA, Euler Santos; RAMOS, Aurea Heyette Gomes. *Palacete Bolonha: uma promessa de amor*. Belém: Ed. Ufpa, 2007. p. 27.
- 21 COSTA, Felipe Melo da. *A tecnologia estrutural do engenheiro Francisco Bolonha em Belém-PA*. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p. 75.

- 22 Ibid., p. 135.
- 23 BENJAMIN, Walter. *Passagens*, p. 32.
- 24 TOSCANO, Thais Zumeró. *Mosaicos de Belém: história e conservação*. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. p. 80.
- 25 ARRAES, Rosa. *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro*, p. 522.
- 26 PINTO, Amanda Monteiro Corrêa. *Palacete Bibi Costa*, p. 84.
- 27 NOTA de falecimento de Anna Macdowell da Costa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 18 jan. 1855.
- 28 SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*, p. 139-140.
- 29 PINTO, Amanda Monteiro Corrêa. *Palacete Bibi Costa*, p. 82.
- 30 SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*, p. 139.
- 31 Ibid., p. 140.
- 32 MONTE ALEGRENSE. Pará, 21 nov. 1896. p. 1.
- 33 O PAIZ. Rio de Janeiro, 27 ago. 1927. p. 5.
- 34 Ibid., p. 5.
- 35 Ibid., p. 5.
- 36 O CEARÁ. Fortaleza, 22 jul. 1928. p. 12-13.
- 37 A NOITE. Rio de Janeiro, 10 nov. 1930. p. 3.
- 38 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 22 nov. 1938. p. 7.
- 39 COSTA, *A tecnologia estrutural do engenheiro Francisco Bolonha em Belém-PA*, p. 74.
- 40 A CRUZ. Mato Grosso, 28 jun. 1953. p. 2.
- 41 COSTA, Felipe Melo da. *A tecnologia estrutural do engenheiro Francisco Bolonha em Belém-PA*, p. 71-72.
- 42 Ibid., p. 72.
- 43 Ibid., p. 73.
- 44 BENJAMIN, Walter. *Passagens*, p. 32.